

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO
Município de Rio Negro PR**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2018 (Processo Administrativo n.º 235/2018)

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, sociedade seguradora, com sede na Avenida Rio Branco nº 1489 e Rua Guaianases nº 1238 – São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.198.164/0001-60, ora Impugnante, vem respeitosamente à vossa presença, com fundamento na lei nº 8.666/93, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

pelos motivos fáticos e jurídicos expostos a seguir, esperando o seu completo acolhimento.

I – Objeto da Impugnação

Inicialmente, cumpre salientar que a licitação visa, por meio de processo público que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, selecionar a proposta mais vantajosa à Administração.

Esta pode ser considerada a síntese da finalidade da licitação, produto da interpretação combinada do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal Brasileira com o art. 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93, cujos respectivos teores a Impugnante ora transcreve:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes e selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, são ações que a um só tempo satisfazem tanto o

interesse dos licitantes quanto o interesse público, consistente na capacidade de contratar e empregar bem o dinheiro público.

Ocorre que o **Anexo I – Relatório de Especificações** – do Edital, assim prescreve na descrição:

Descrições:

Item 12:

SEGURO MÁQUINA: RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA

COBERTURA/SERVIÇOS:

1.4. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) deverá ser no valor mínimo, por veículo, de

a) Danos Corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais); b) Danos Materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

1.5. Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

1.6. Prazo de cobertura de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data determinada no Contrato de Prestação de Serviços;

1.7. Contemplar seguridade para os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, morte e/ou invalidez, danos materiais e corporais;

1.8. Conter cobertura de vidros (laterais, traseiros e para brisa), faróis, retrovisores e lanternas, COM ISENÇÃO DE FRANQUIA;

1.9. O Seguro da RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA, deverá contemplar cobertura para DANOS FÍSICOS, ELÉTRICOS e SUBTRAÇÃO do bem.

Pretende-se a remoção da cobertura de **proteção a vidros, lanternas, faróis e retrovisores**, constante dos itens acima como objeto da contratação pelo órgão licitante.

Ainda, prevê o edital a **assistência 24 horas** para as máquinas acima descritas, o que se demonstra impossível, seja pela peculiaridade do serviço, que nem sempre conta com prestador de serviços vizinho, seja pela impossibilidade de guinchamento, posta a complexidade do transporte por conta do porte dos veículos, bem como eventual necessidade de autorização para acesso a determinadas vias e horários pelas autoridades competentes.

Ocorre que as coberturas pretendidas não condizem com a prática do mercado segurador, uma vez que **as seguradoras atuantes, assim como a Impugnante, não comercializam tais tipos de cobertura atrelada ao pretendido contrato de seguro.**

Entretanto, as manutenções das exigências constantes do Edital, indubitavelmente, acabam por afrontar o princípio da isonomia e da competitividade, basilares da Licitação.

Senão, vejamos.

SEGUROS

Confrontando o aludido dispositivo editalício verifica-se que o item supra reproduzido materializa inequívoca violação aos artigos 3º, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a seguir reproduzido:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.
(grifos nossos)

O Edital, ao exigir a disponibilização das coberturas acima descritas, choca-se frontalmente com o disposto no artigo 3º, inciso I da Lei nº. 8.666/93 supratranscrito.

Verdadeiro alicerce de qualquer procedimento licitatório refere-se à ampla e irrestrita garantia de acesso à participação do certame. Assim, toda regra a qual culmine na restrição do campo de alcance da competição, por meio de dificuldades não legitimadas pelo texto constitucional, não pode prevalecer, sob pena de violação aos princípios basilares desse tipo de processo seletivo – licitação.

O Edital ora impugnado deve se subordinar às regras vinculantes previstas em lei e na Constituição Federal, adensado ao exercício de escolhas discricionárias para a Administração Pública, cujo cotejo entre o edital e o direito pode conduzir à conclusão de existência de vício, seja quanto ao exercício de competência como de competência discricionária. E, nesse particular, aplicam-se os princípios norteadores da atividade administrativa, sujeitando-se às regras correspondentes, como qualquer ato administrativo.

Emergem do *caput* do artigo 37 da Constituição Federal os princípios norteadores da atividade licitatória, dentre os quais o Princípio da Legalidade, da Igualdade e o Princípio da Competitividade, "*in verbis*":

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também...* (grifos nossos)

A irresignação da Impugnante reside no caráter restritivo imposto pelo Edital, ao determinar a participação somente de companhias seguradoras que possam disponibilizar cobertura de vidros para máquina, em caso de sinistros.

Dessa forma, não restam dúvidas de que a exigência prevista no Edital ora impugnado afronta de forma direta o princípio da competitividade.

Há que acrescentar que, os princípios prescritos no artigo 37 da Constituição Federal informam o sentido de todas as regras disciplinadoras da licitação, constituindo em mandamentos nucleares do instituto e, por isso mesmo, são inafastáveis, portanto, sua violação enseja sempre a nulidade, posto que os princípios são os próprios alicerces da licitação.

Nesse sentido lapidares os ensinamentos do mestre Celso Antônio Bandeira De Mello:

Portanto, violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegitimidade porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. (in Licitação, ed. RT, 1980, ps. 46).

Diante dessas considerações, observa-se, desde logo, que a simples adoção de cláusulas que importem tratamentos desiguais entre as licitantes à medida que impõem restrições à participação, importa em transgressão aos princípios da – **legalidade, igualdade e competitividade** - todos consagrados no texto constitucional como na Lei de Licitações.

Resta patente, destarte, a violação do Edital aos princípios basilares da Licitação, conforme acima exposto, especialmente com relação ao **princípio da competitividade**, haja vista a evidente restrição de participação de potenciais interessados no Convite ora analisado, em razão da pretendida exigência editalícia.

O vício presente no Edital ora impugnado não reside somente na violação aos aclamados princípios.

SEGUROS

Isto porque, conseqüência lógica do caráter restritivo da exigência editalícia é a manifesta colisão do instrumento convocatório ao **Princípio da Igualdade ou da Isonomia** entre as partes, que no entender do Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello é o primeiro dos princípios, dos quais todos descendem, a saber:

...pois, são requisitos necessários à sua existência ou a fiscalização de sua real ocorrência... com a evidência solar que a positividade do princípio isonômico descansa sobretudo nos critérios que presidem a admissibilidade ao certame, pois a falta de justeza neles compromete tudo que lhe seja subsequente (in Licitação, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, ps. 30).

Extrai-se dos ensinamentos doutrinários a respeito do tema que o tal princípio delimita o sentido de todas as regras disciplinadoras da licitação caracterizando-se como mandamento nuclear desse instituto e, por isso mesmo, inafastável.

Diante de sua fundamental importância, sua violação enseja, invariavelmente, a nulidade do certame.

As considerações ora declinadas permitem afirmar que a simples adoção de cláusula, que importe em tratamento desigual entre as licitantes importa em transgressão ao princípio da igualdade e da competitividade.

O tratamento desigual entre potenciais empresas interessadas na participação da presente licitação é incompatível com os valores jurídicos prestigiados no instituto, quais sejam, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e o Princípio da Isonomia.

Isto porque as pretendidas exigências que não são prática comum no mercado segurador podem ensejar afronta direta ao princípio da competitividade e da isonomia, já que poderá apenas um licitante apresentar, em caráter de exceção, proposta que atenda o quanto disposto no edital, frise-se: não usuais ou praticadas pelo mercado, ocasionando assim discriminação arbitrária e infundada.

Há, nesse sentido, que reforçar que o ato convocatório somente poderá mitigar o Princípio da Isonomia quando a discriminação por compatível com os fins e valores consagrados no ordenamento jurídico.

Por óbvio, não é essa a situação observada no presente certame, haja vista que segregação observada não acarretará qualquer benefício à administração pública.

Por outro lado, o pretendido benefício não praticado também inviabilizará a escolha de proposta mais vantajosa para o ente público, pois diminuirá substancialmente o universo de concorrentes no certame.

Posto isso, mostra-se imperativa a correção do presente Edital viabilizando a participação de pluralidade de interessados no procedimento licitatório.

A norma constitucional baseia-se no princípio de possibilitar a mais ampla oportunidade a todos os concorrentes. Com isso, visa tornar o certame acessível ao maior número de licitantes possível, ao passo em que aumenta à Administração a possibilidade de encontrar propostas mais vantajosas do que se o número de licitantes fosse menor.

Defendendo o raciocínio acima esposado, o dispositivo constitucional também acima apontado eiva de inconstitucionalidade toda e qualquer regra que objetive restringir o campo de alcance da competição, por meio de dificuldades administrativas.

Desse modo, é notória a conclusão de que a exigência de cobertura de vidros para máquina visa tão-somente reduzir de forma drástica o número de competidores do certame, violando assim a Lei nº 8.666/93 e o texto constitucional.

Importa considerar, derradeiramente, que de modo algum se está negando ou insurgindo contra o caráter discricionário da atividade da Administração Pública. Mas, se a pretensa discricionariedade vai além dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei, as exigências contidas em tais atos praticados tornam-se ilegítimas e ilegais, como são aquelas apontadas acima, sendo de praxe a sua substituição por objetos hábeis a possibilitar competição lúdima e, possibilitar, em consequência, a execução integral do objeto licitado.

II – DA CONCLUSÃO

Exigir determinados benefícios que não são praticados ordinariamente pelas companhias seguradoras constitui óbice à realização da finalidade licitatória, na medida em que prejudica a ampliação da disputa e se afasta, consequentemente, da observância do princípio da *competitividade*.

Ademais, o benefício não praticado pelo mercado inviabiliza o atendimento das exigências quanto ao fornecimento do objeto licitado, além de diminuir sobremaneira o universo de competidores.

Consequentemente, a manutenção do item editalício impugnado implicará em obstáculo à realização dos fins visados pela licitação, bem como suscitará esvaziamento do certame, reduzindo o número de concorrentes e frustrando a possibilidade de selecionar a proposta mais vantajosa, vez que muitas outras propostas, dentre elas a da própria Impugnante, poderão ficar de fora do certame.

Por todos os motivos acima declinados é impostergável a supressão da aludida exigência, evitando prejuízos não só à Administração,

mas também à ora Impugnante, que terá o seu direito constitucional de participar do certame licitatório em comento garantido.

III – DO PEDIDO

Por todo o exposto, a ora Impugnante requer seja:


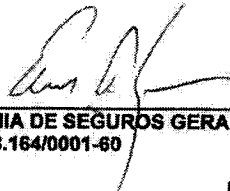
(a) Atribuído efeito suspensivo a presente impugnação até a sua apreciação, a fim de que seja evitada a execução de atos que possam vir a ser declarados nulos.

(b) Suprimida parte dos termos dos itens 12 para não mais exigir a assistência 24 horas para estes itens, bem como a cobertura de vidros lanternas, faróis e retrovisores, cobertura esta destinada a automóveis;

(c) Na hipótese de deferimento do pedido formulado no item b acima, requer a Impugnante seja republicado o Edital nos termos do artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Nestes termos pede - se deferimento.

São Paulo, 10 de agosto de 2018.



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ Nº 61.198.164/0001-60

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.543.390-8
CPF: 205.408.568-61

61.198.164/0001-60
Eduardo Fraguas Kozma
Procurador
PORTO SEGURO
RG n.º 5.448.298- COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CPF: 861.353.508-97 Avenida Rio Branco, 1485 e 1489
Rua Guaianazes, 1234/38/82
Campos Elíseos - CEP 01.205-995
SÃO PAULO - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

ASSUNTO: Impugnação Edital de Pregão Eletrônico n.º 069/2018 do Processo Licitatório 235/2018.

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico no processo licitatório supraindicado alegando exigência de cláusula restritiva que compromete os princípios da legalidade, e da competitividade e requerendo em síntese:

“[Seja] Suprimida parte dos termos dos itens 12 para não mais exigir a assistência 24 horas para estes itens, bem como a cobertura de vidros, lanternas, faróis e retrovisores, cobertura esta destinada a automóveis”.

Primeiramente, no que tange ao recebimento da impugnação, inquestionável é sua tempestividade, pelo que deve ser recebido e levado à apreciação.

No tocante ao mérito, nos parece assistir razão ao Impugnante, pelos fundamentos que passamos a expor.

A cláusula que pretende ver adequada a impugnante refere-se ao item 12 – Retroescavadeira Hidráulica do Anexo I (Termo de Referência), especificamente no constante ao Item I (O SEGURO A SER CONTRATADO DEVERÁ ATENDER OS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS) do Anexo II – Condições Gerais, que prevê o que segue:

[...]

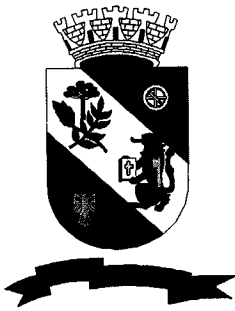
1.3. Contemplar assistência 24 horas por dia e 7 dias por semana para o veículo e seus ocupantes, com cobertura em todo o território nacional, sem limite de quilometragem;

1.4. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) deverá ser no valor mínimo, por veículo, de a) Danos Corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais); b) Danos Materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

1.5. Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

1.6. Prazo de cobertura de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data determinada no Contrato de Prestação de Serviços;

**R: Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - CEP 83.880-000
Fone / Fax: (47) - 3642-3280**



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

1.7. *Contemplar seguridade para os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, morte e/ou invalidez, danos materiais e corporais;*

1.8. *Conter cobertura de vidros (laterais, traseiros e para brisa), faróis, retrovisores e lanternas, COM ISENÇÃO DE FRANQUIA;*

1.9. *O Seguro da RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA, deverá contemplar cobertura para DANOS FÍSICOS, ELÉTRICOS e SUBTRAÇÃO do bem.*

[...] – sem grifos no original.

De acordo com a impugnante, referida cobertura, referente à assistência 24 horas bem como a cobertura de proteção a vidros, lanternas, faróis e retrovisores exclui a participação de empresas com condições de fornecimento uma vez que, conforme alegado, as seguradoras atuantes no mercado não comercializariam tais tipos de cobertura atrelada ao pretendido contrato de seguro, ressalte-se, especificamente no tocante à Retroescavadeira Hidráulica (Item 12 – Anexo I) o que consistiria em ferimento ao princípio da ampla competitividade.

Neste sentido, inclusive, já consta em termo de esclarecimento realizado no presente processo licitatório, pela empresa Rezende & Liefquin, que o mercado de seguros não oferece referidas coberturas, o que acaba por corroborar as alegações da Porto Seguro, merecendo a impugnação ora manejada deferimento.

Cumprе destacar que a Constituição Federal no artigo 170, *caput* e inciso IV preconiza a Livre Concorrência, razão pela qual conclui-se que a cláusula em apreço é incompatível com tal regime.

Nesse sentido, a doutrina também se manifesta:

Isonomia significa o direito de cada particular de participar na disputa pela contratação administrativa, configurando-se a inviabilidade de restrições abusivas, desnecessárias ou injustificadas. Trata-se, então, da isonomia como tutela aos interesses individuais de cada sujeito particular potencialmente interessado em ser contratado pela Administração.

Mas a isonomia também se configura como proteção ao interesse coletivo. A ampliação da disputa significa a multiplicação de ofertas e a efetiva competição entre os agentes econômicos. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17ª Ed. Dialética. São Paulo, 2016, p. 95)

Assim, com fulcro no disposto acima, entendo que a especificação de cobertura dos subitens referentes à “assistência 24 horas” e “proteção a vidros, lanternas, faróis e retrovisores” não comportam

R: Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - CEP 83.880-000
Fone / Fax: (47) - 3642-3280



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

aplicação especificamente à RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA, por constituir restrição ao caráter competitivo da licitação.

Desta feita, a manifestação desta parecerista é pela retificação do edital no que concerne à inaplicabilidade dos itens 1.3 e 1.8 do Anexo II (Condições Gerais) ao Item 12 – Retroescavadeira Hidráulica – do Anexo I (Termo de Referência) nos termos acima expostos e pelo provimento da Impugnação, s.m.j.

É o que nos parece, salvo melhor juízo.

Rio Negro, 13 de agosto de 2018.

Patricia Finamori de Souza Koschinski

Procuradoria Municipal



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

TERMO DE RETIFICAÇÃO
AO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2018
(Processo Administrativo n.º 235/2018)

Considerando **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de abertura interposto pela pretensa proponente **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS – CNPJ: 61.198.164/0001-60** e também questionamentos apresentados pelas empresas **REZENDE & LIEFQUIN** e **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A** relacionados às exigências contidas no **ITEM 12 – Seguro total de RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA**, nos termos do Parecer Jurídico, determino a retificação do presente edital conforme a seguir:

Ficam suprimidas as exigências abaixo especificadas, contidas no Anexo II (Condições Gerais), exclusivamente para o **ITEM 12 – SEGURO TOTAL EM RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA**.


1.3. Contemplar assistência 24 horas por dia e 7 dias por semana para o veículo e seus ocupantes, com cobertura em todo o território nacional, sem limite de quilometragem;

1.8. Conter cobertura de vidros (laterais, traseiros e para brisa), faróis, retrovisores e lanternas, COM ISENÇÃO DE FRANQUIA;

Atenção: Para os demais itens estas exigências permanecem inalteradas.

É a retificação.

Rio Negro, 13 de março de 2018.


Milton José Paizani
Prefeito Municipal